SESSÕES DO PLENÁRIO

41ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de maio de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (2º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa Lula, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Gika Lopes Lula, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimateia, Joseildo Ramos Lula, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Manassés, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto Lula, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vítor Bonfim, Zé Neto Lula, Zé Raimundo Lula e Zó. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Tom Araújo comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 16/04/2018.

Do Deputado Robinho comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 18, 24 e 25/04 e 02/05/2018.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- (Lê) *"REQUERIMENTO*

EXM° SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar

O Projeto de Lei n.° 22.766/2018, de autoria do Poder Executivo, Autoriza a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas com o extinto Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEB e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA.

O Projeto de Lei nº 22.768/2018, de autoria do Poder Executivo, Autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso da área de terra que indica.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2018".

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Primeiro orador inscrito, deputado Marcell Moraes.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, nobres deputados, Galerias, quero saudar as pessoas que nos assistem através da *TV Assembleia* e o pessoal aí do Ministério Público... Sr. Presidente, vamos botar em votação, esse pessoal está aqui toda semana pedindo. (Palmas) Olha a faixa ali: "Srs. Deputados, Projeto 21.346/2015 – não aguentamos mais. O servidor do Ministério Público é quem atende o cidadão carente". É exatamente isso.

É inadmissível que esse projeto continue aqui sem ser votado. Toda semana esse pessoal está aí, toda semana tendo gasto com passagens, e o projeto nunca é votado. Então precisamos sensibilizar o pessoal do governo, que tem a maioria aqui, para que votemos o Projeto 21.346/2015, do servidor do Ministério Público do Estado da Bahia, que presta um papel digno, de respeito a toda a nossa sociedade.

Mas, Sr. Presidente, venho aqui na tarde de hoje, primeiramente, saudar mais uma vez o município de Jacobina, visto que recebi o Título de Cidadão Jacobinense, há duas semanas. E também venho cobrar do governador do estado que olhe para o Hospital de Jacobina, que continua fechado. E não tem nenhum projeto do governo do estado para aquela cidade.

Precisamos cada vez mais dar uma sacudida no governador do estado, para que possa levar melhorias para aquela cidade, que tem um povo acolhedor, trabalhador e que merece dignidade desse governo, que fecha os olhos para Jacobina. Lembrando que o governador teve 80% da votação do povo de Jacobina, contra o seu adversário na época, Paulo Souto. Mas o governador fecha os olhos, não leva isso em conta e acaba massacrando o povo da nossa querida Jacobina.

Outro assunto, Sr. Presidente, que eu vim falar aqui – aí quero saudar a todos protetores de animais desta Bahia –, é que conseguimos mais um SAMU Veterinário para os animais em situação de risco na nossa Bahia.

O governador do estado pouco faz relacionado aos animais. Não tem um projeto do governo do estado voltado aos animais. O Castramóvel da Prefeitura Municipal de Salvador e tantas outras ações voltadas aos animais são iniciativas do deputado estadual Marcell Moraes, que não fica na inércia e, com recurso próprio, acaba fazendo.

Já temos um SAMU Veterinário – que conseguimos, em 2014, com recurso próprio – que atende os animais de rua do nosso estado em situação de necessidade. E agora conseguimos mais um, que vai atender agora a Região Metropolitana de Salvador.

Mas o governador do estado fecha os olhos para um assunto tão importante, os animais. E aí eu peço aos nobres deputados que aprovem os projetos do deputado Marcell Moraes relacionados aos animais.

Temos vários projetos aí que precisam ser votados, um deles é o para acabar de vez com as carroças. É inadmissível que num estado como a Bahia ainda existam carroças! É preciso acabar de vez, porque o animal é um ser vivo que sente dor, frio, fome e medo; não é para estar ali como escravo. A carroça é a verdadeira escravidão animal!

Então eu faço esse apelo aos deputados presentes aqui. Deputado Zó, que é da região de Juazeiro, vamos acabar de vez com as carroças na Bahia! Em Juazeiro essa situação das carroças é gravíssima!

Já existe um projeto de lei de minha autoria, que está tramitando na Assembleia, que propõe o cavalo de lata, como é em Curitiba. Aí muitos estão me perguntando: “Deputado Marcell, vai acabar com as carroças, e o que vão fazer com os carroceiros?”. Em Curitiba, o prefeito chamou os carroceiros, fez um TAC com o Ministério Público e forneceu a todos eles o cavalo de lata, ou seja, uma mobilete, deputado Gika, com uma carroceria atrás. E assim se está evitando maus-tratos aos animais. Enquanto isso, em Vitória da Conquista – minha querida Vitória da Conquista! –, deputado Zé Raimundo, o prefeito de lá está tentando regularizar os maus-tratos aos animais ao querer botar placas nas carroças...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. MARCELL MORAES:- (...) Não vamos aceitar isso!

Essa é a situação na Bahia. E eu digo o seguinte: o meu lado, o meu partido é o dos animais, é o partido que representa isso. Então, vamos dar uma sacodida aqui e votar esses projetos tão importantes para a sociedade. Tantos projetos de minha autoria estão tramitando aqui e não são levados nem para votação.

Atenção, deputados, já que o governador do estado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. MARCELL MORAES:- (...) fecha os olhos para os animais, para o meio ambiente, vamos aprovar os nossos projetos – como esses de minha autoria – relacionados aos animais. Vamos acabar de vez com esse sofrimento dos animais da nossa Bahia. Não temos hospital veterinário nem castramóvel públicos na Bahia; o SAMU Veterinário, que faz castração pelo interior da Bahia, é com o meu dinheiro.

Como o governador não faz nada, aí precisa do deputado estadual Marcell Moraes para fazer campanha de castração com recurso próprio...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O seu tempo esgotou, deputado! Muito obrigado.

O Sr. MARCELL MORAES:- Obrigado, presidente.

Então vamos nessa, presidente, votar o nosso projeto para acabar de vez...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Saudações ecológicas, deputado!

O Sr. MARCELL MORAES:- Saudações ecológicas e uma boa tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Mirela, deputado Marcell Moraes, o governador Rui Costa está com os olhos bem abertos, não é à toa que é o governador mais bem avaliado, deputado Hildécio, do Brasil. Se as pesquisas estão erradas, aí V. Ex.ª tem que contestar o *Datafolha* e outros institutos mais.

É claro que falta muita coisa a ser feita na Bahia. Não é em 3 anos e meio que nenhum governador vai fazer o que precisa ser feito em um estado como a Bahia, que é maior do que muitos países, deputado Zó.

Deputado Marcell, também vou ter a honra, acredito, de ser votado em Jacobina, com o apoio do vice-prefeito, meu amigo Clériston, e de vereadores. É um município grande, vamos ser parceiros na representação daquela cidade.

Mas, Srs. Deputados, vejam qual é a situação, deputado Marcell, do nosso país. Nós estamos fadados a continuar nem é mais no Terceiro Mundo, não, mas no Quarto Mundo.

O prefeito ACM Neto quer fazer o BRT, e é uma gritaria terrível porque não se pode tirar algumas árvores. Ninguém é favorável a que se derrube nenhuma árvore. Agora, numa cidade como Salvador, praticamente travada, onde ninguém anda para lugar nenhum sem perder várias horas no trânsito, deputado Hildécio, tem que ser feita alguma mobilidade. É claro que as árvores devem ser tiradas, porque não tem jeito, mas devem ser replantadas.

É o caso aqui do metrô, essa obra imensa do governador Rui Costa. Teve a gritaria porque árvores seriam retiradas, mas isso era necessário para se fazer o metrô, a não ser que tivesse dinheiro para um metrô subterrâneo, que é muito mais caro. Mas hoje a gente já vê aqui na Paralela, com as árvores que estão sendo plantadas, que dentro de pouco tempo vai ser atendido o que todos nós queremos. Eu acredito que toda a população é favorável a uma cidade verde. Agora, as obras têm de ser feitas para atenderem 3 milhões de baianos, principalmente quem mais precisa dos serviços públicos, que é a população mais carente.

Não conheço esse projeto do BRT, não me cabe conhecer, mas, independentemente de ser do prefeito ACM Neto, na minha opinião essa obra deve

ser feita, porque é o desenvolvimento, é o crescimento da cidade. É claro que se respeitando a natureza, com todas as árvores, tenho certeza, sendo replantadas.

Sr. Presidente, o Ministério Público Federal é contra a modernização do aeroporto de Salvador. Então, nós vamos para onde? Como é que se quer atrair turistas para esta cidade, uma das mais importantes do Brasil, que tem a cultura que tem? O Ministério Público Federal já deu seu parecer contrário à ampliação da pista. Ora, se a pista não for ampliada, o aeroporto não terá capacidade de receber mais voos; não tendo capacidade para mais voos, não vão vir turistas para a nossa cidade. Enquanto isso, outras cidades saem na nossa frente. Essa é a triste realidade do Brasil.

Ninguém é favorável a que se acabe com as dunas do Abaeté; ninguém quer que derrubem as árvores, simplesmente. Mas, infelizmente ou felizmente – até porque precisamos de trabalho, de renda –, tem que vir o desenvolvimento. E a empresa francesa, a Vinci Airports, que ganhou a concessão pelos próximos 30 anos, tem a proposta para ampliar, fazer outra pista de pouso, outras pontes para modernizar esse que é o aeroporto, o pior do Brasil na avaliação dos usuários, mas aí já vem o Ministério Público Federal querendo atrapalhar.

Então, infelizmente, é a triste realidade do nosso país, em muitas áreas, que está fadado a continuar não no terceiro mundo, mas descendo, quarto, quinto, em todas as áreas: na segurança, no meio ambiente...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, Sr. Presidente.

Então, infelizmente, eu vou deixar para o Horário das Representações Partidárias para que eu desenvolva mais aqui o raciocínio em relação a essas coisas que acontecem, hoje, no Brasil e aqui na Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Obrigado, deputado Adolfo Menezes.

Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Obrigado, Sr. Presidente, deputado José de Arimateia, colegas deputados, colegas da imprensa, senhores e senhoras que nos visitam nesta luta do Ministério Público, que nós da Oposição estamos apoiando e aguardando que a Base governista seja sensível, que em algum momento o pedido de vocês toque no coração desses parlamentares para que eles entendam que está na hora de aprovar o Projeto de Lei nº 21.346/2015. (Palmas nas Galerias)

Mas, Srs. Deputados, eu trago um assunto interessante, e quero compartilhar com vocês a minha preocupação e a minha indignação, e com vocês que nos assiste pelo canal *TV Assembleia*.

Desde o dia 14 de abril, uma comerciante tenta liberar o seu veículo em Feira de Santana, que foi apreendido de forma irregular, de forma injusta, apreendido o veículo numa *blitz* da Polícia Militar em Feira de Santana, na Avenida Maria Quitéria. A dona Márcia dos Santos, ela saía do Hospital EMEC, juntamente com o seu

companheiro, quando houve a abordagem da Polícia Militar. Durante a verificação da documentação do veículo, os proprietários do veículo foram informados de que havia uma ordem judicial de apreensão ao veículo Gol, cor prata, placa JQR-2639. O veículo foi apreendido.

Posteriormente, dona Márcia – é Márcia dos Santos o nome dela – procurou um advogado que identificou o erro: o carro que estava sendo procurado era outro. O carro em busca e apreensão era um Pálio, de Salvador, segundo a vítima, e as placas parecidas. O veículo que está sendo alvo da ordem de apreensão é um Pálio preto, placa JQH-2639, licença de Salvador.

Pois bem, há 1 mês essa comerciante tenta liberar o veículo dela em Feira de Santana. O veículo foi levado no guincho, está num pátio. Há 31 dias ela luta para liberar esse veículo. Já tem ordem judicial para a liberação do veículo. A juíza Júnia Araújo Ribeiro Dias já oficializou ao Detran da Bahia para que o veículo seja liberado, veículo que foi apreendido de forma irregular, de forma equivocada.

Agora vem o que me deixou pasmo e boquiaberto: ela tem que pagar pelo guincho e os dias em que o carro está num pátio. É impressionante isso! E o responsável pelo pátio disse: "Não, aqui é particular, tem que ter autorização do Detran para o veículo ser liberado." E só libera se houver o pagamento, e o pagamento hoje está em R$ 1.555,00.

Já não basta o prejuízo de estar há 31 dias sem o veículo, esta senhora, que é comerciante, além de estar sem o veículo – já tem esse prejuízo –, tem que pagar para a liberação do veículo, que foi apreendido de forma irregular. O motivo da apreensão, apenas o seguinte: foi apreendido um Gol prata, placa JQR 2639; o que deveria ser apreendido é um Palio preto, placa JQH 2639.

Pois é, Srs. Deputados, senhores que nos assistem pelo canal *TV Assembleia,* a dona do veículo está há 31 dias sem o seu automóvel e ainda tem que pagar R$ 1.555,00. Se não pagar, o carro não é liberado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. CARLOS GEILSON:- Ela está contratando advogado, gastando dinheiro, e tem o prejuízo sem o seu meio de trabalho, porque ela é comerciante e precisa do veículo.

Só na Bahia que isso acontece! Não há explicação para um caso tão deprimente como esse e que merece o repúdio não só de nós, da Oposição, mas de todos os deputados desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- O.K., deputado Carlos Geilson.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado, professor da cidade de Vitória da Conquista, ex-prefeito de Vitória da Conquista, José Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- Sr. Presidente desta sessão, nobre deputado José de Arimateia, presentes nas Galerias Paulo Jackson, os que nos assistem pela *TV*

Assembleia, queridos colegas deputados e deputadas, trago neste Pequeno Expediente alguns registros importantes para a nossa região do Sudoeste baiano.

Eu gostaria de parabenizar todos os amigos e os companheiros de Condeúba, cidade que está comemorando 157 anos de emancipação política. Condeúba é uma cidade que fica na divisa com Minas Gerais, lá naquela região da Serra Geral, e que foi uma cidade importante ao longo do século XX. Na verdade, desde o final do século XIX. Foi um núcleo da civilização sertaneja, de onde saíram importantes figuras da cultura e da sociedade da Bahia.

Queria cumprimentar o ex-prefeito Guto, a ex-prefeita Jesuína, abraçar os vereadores do meu partido, do Partido dos Trabalhadores, os companheiros Silvano e Maurílio e também a companheira Conceição. E ainda a nossa presidente do partido, Ângela Maria. E deixar a confiança e o compromisso de que nós vamos continuar ajudando Condeúba, eu e o deputado federal Waldenor Pereira.

Nesses anos colocamos muitos recursos, emendas do governo federal, recursos do governo do estado, operando uma verdadeira revolução naquela cidade. E lá, hoje, temos importantes companheiros, apoiadores do nosso mandato.

Queria também, Sr. Presidente, parabenizar todos os profissionais, homens e mulheres, técnicos da Assistência Social. Hoje, 15 de maio, comemora-se o Dia da Assistência Social. E faço isso com muita convicção porque eu tive, também, o privilégio e a honra, enquanto prefeito de Vitória da Conquista, de 2002 a 2008, de implantar inúmeros programas sociais mesmo antes do governo federal a partir de Lula, que ampliou e concretizou muitos princípios da assistência social que estavam na Constituição de 88.

E foi exatamente no período de 2003 a 2008 até 2010 que implantamos no Brasil inteiro programas de inclusão social, programas que valorizaram a criança, o adolescente, o idoso, as mulheres, os quilombolas. Enfim, construímos, na verdade, um tecido social de proteção para combater as desigualdades e as injustiças sociais.

Por isso, eu gostaria de parabenizar todos os profissionais.

Da mesma forma, também, devido às políticas e os programas que são implementados no governo do estado, quero parabenizar o governador Rui Costa e seus assessores, seus colaboradores que vêm desenvolvendo na Bahia uma política muito intensa de programas que valorizam a vida, que valorizam o combate ao racismo, que valorizam o combate à violência contra a mulher, permitindo que a Bahia saísse daqueles índices que a colocavam nos últimos lugares das políticas sociais no Brasil. Hoje, gradativamente, temos superado, temos melhorado esses indicadores.

Por isso, 15 de maio é um dia que deve ser comemorado, que deve ser consagrado ao debate e à reflexão para que possamos avançar no combate à desigualdade no Brasil.

Estou sentindo, Sr. Presidente, que houve um problema técnico com sua mesa, porque não está marcando o tempo ali.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Está, sim.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- Não sei se no seu, porque ali...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V. Ex.ª, agora, 38, 37, 36...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- Eu não estou vendo ali.

Mas queria dizer, portanto, que merece esse dia...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- (...) ser comemorado com essa reflexão, mostrando que o Brasil entrou no mapa dos países que combateram as desigualdades nos últimos 10, 12 anos. Mas que, agora, infelizmente, estamos voltando para o mapa da fome com o governo golpista do Temer, que está destruindo as políticas sociais, Sr. Presidente.

Por isso, a nossa homenagem aos profissionais da Assistência Social e o nosso repúdio...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- (...) ao governo Temer, que corta recursos na saúde, na educação e no combate à pobreza.

O Sr. Presidente (Carlos Geilson):- O.k., meu caro deputado José Raimundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- E, agora, vamos ouvir o bispo José de Arimateia Coriolano de Paiva.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, *TV Assembleia* que está fazendo esta cobertura e chegando a milhares de residências, quero aqui, como sempre, estar solidário à luta dos servidores do Ministério Público que estão aqui presentes para que esse projeto seja aprovado. (Palmas) Se depender da Oposição, podem ter certeza que hoje será aprovado.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui três importantes registros: Primeiro, dia 12 de maio foi o Dia da Enfermagem. Eu quero aqui parabenizar toda a categoria em que a Bahia é o quinto estado com o maior número de profissionais da enfermagem. São mais de 120 mil profissionais.

Hoje nós tivemos, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Instituto de Pesquisas Afins, uma palestra em comemoração à Semana da Enfermagem, com a presença da professora Dr.ª Cristina Melo, que é professora da UFBa, e fez uma brilhante explanação. E aqui não posso deixar de parabenizar toda a categoria. Para vocês terem ideia, hoje, 80% dos hospitais públicos e privados precisam dos profissionais de enfermagem. E, muitas vezes, eles se tornam invisíveis, porque na hora em que um paciente é atendido as pessoas só procuram mais, é claro, o médico, mas por trás daquele médico estão os profissionais de enfermagem. Então parabéns a todos que fazem parte desta classe.

Eu também gostaria de registrar, Sr. Presidente, que hoje é o Dia Internacional da Família. Hoje é o Dia Internacional da Família! Quero parabenizar a todas as famílias.

Como é importante a família que foi constituída por Deus. A família! A Família! Primeiro, é Deus na vida da pessoa; e, segundo, a família. Quando a família está bem, todo mundo vai bem. Quando tem qualquer problema na família, pode ter certeza, que atinge a todos da família.

Então, aqui, eu não posso deixar de registrar e parabenizar todas as famílias da Bahia. Que Deus abençoe as famílias da nossa querida Bahia!

E, por fim, Sr. Presidente, quero também parabenizar os assistentes sociais. Hoje é o Dia dos Assistentes Sociais. Eu quero parabenizar todos eles, não só os desta Casa, mas também de toda a Bahia.

Quero aqui dizer da importância que têm os assistentes sociais, os que fazem o trabalho, os que prestam serviço, o que fazem o seu trabalho dia a dia. Eles têm sido heróis. Então esta classe não pode ser esquecida. Eu quero, aqui, mais uma vez, deixar registrado, já que meu amigo, o deputado José Raimundo, já tinha feito seu registro, mas não posso, também, deixar de parabenizar pela importância que são os assistentes sociais.

Era isso que eu gostaria de falar, Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., meu querido deputado José de Arimateia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Próximo orador inscrito, Rosemberg Evangelista Pinto. Estava com saudade de ouvir V. Ex.ª dessa tribuna. Aliás, faltou eu acrescentar Lula ao nome, né? Peço as minhas desculpas.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA:- Srs. Deputados, Sr.as Deputadas, servidores, visitantes servidores do Ministério Público, meu querido Carlos Geilson... Carlos Geilson, primeiro, quero dizer que nós precisamos regularizar essa questão que você levantou, que o senhor levantou aqui com relação a essa coisa desse imbricamento entre guincho e essas ações de *blitz* e tal. Aconteceu um fato, em Itapetinga, nós fizemos uma reunião com o comando da Polícia Militar para resolver isso, porque os carros eram liberados na casa do proprietário do guincho. Um negócio absurdo! Mas fizemos uma reunião com o comando da Polícia Militar, lá, em Itapetinga, resolvemos e eu espero que isso tenha uma solução.

Mas, meu querido presidente, eu queria levantar um tema, aqui, que está, hoje, na Ordem do Dia, que é o aumento de combustível no Brasil. Deputado Hildécio, hoje, nós estamos vivendo um momento de muita dificuldade em todo o segmento da área de venda de combustível. Fiquei, inclusive, surpreso com meu querido amigo, vereador da cidade do Salvador José Trindade, até liguei para ele, porque o aumento de combustível – e eu já tratei essa questão aqui – não tem nada a ver com o ponto de venda. O aumento de combustível tem a ver com a política que o governo Temer tem em aumentar o preço da gasolina na Petrobras e fazer com que a importação dos derivados de petróleo venha para cá de uma forma significativa, o que mexeu nos

preços dos derivados de petróleo do Brasil. Ainda ontem, no Rio de Janeiro, a gasolina bateu R$ 5,01 no ponto de venda, ou seja, no posto. Aqui, bateu 4.58, e a Petrobras ainda reajustou ontem o preço na refinaria para 4.06. Ou seja, é impossível, é impossível esse mercado estar organizado.

O Ministério Público, e eu pedi... Ontem, eu almocei com o presidente do Sindicato de Derivados de Petróleo, e ele conversou comigo que precisava que a gente fizesse uma reunião com o Poder Legislativo, com o Ministério Público, com todos os segmentos, para apresentar a situação como está. Na realidade, toda uma denúncia é feita dirigida a um segmento do setor que, na realidade, não é o vilão. Não é o ponto de venda que fez chegar o combustível, em Salvador e no Brasil, a esse valor estratosférico. Na realidade, é a política que a Petrobras está adotando ou o governo brasileiro está adotando do ponto de vista da importação de derivados.

É lógico que nós temos que entender um fenômeno que está acontecendo: um barril de petróleo que custava, até pouco tempo, US$ 38 bateu ontem US$ 77. E a Petrobras ganhou com isso do ponto de vista da extração, porque, hoje, ela produz mais petróleo do que o refino que é feito aqui no Brasil. E ela está exportando mais petróleo do que está importando. Então tem um avanço significativo no resultado da Petrobras. E é por isso que a Petrobras deu esse lucro significativo nesse último trimestre em função da variação do valor do barril de petróleo.

Mas não justifica o aumento dos derivados de petróleo que está acontecendo no Brasil, em todos os estados. Já tem estados mais longínquos em que a gasolina está chegando a R$ 6,00. No Rio de Janeiro, deputado Zó, ontem, 5. Aqui, em Salvador, vai chegar a 5, não vai demorar. E aí o grande vilão que é colocado é o distribuidor no ponto de venda. E não é! É a política que está sendo desenvolvida pela Petrobras, pelo governo Temer. E nós precisamos evitar que informações desencontradas levem a essa questão: tentar colocar pecha em outro setor que não a política de preço de combustível do governo federal.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado Rosemberg.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Agora, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.as Deputadas, senhoras e senhores aqui presentes, eu quero, inicialmente, concordar com as palavras do deputado Rosemberg Pinto com relação à política de reajuste de combustíveis no Brasil. Esse é um problema que agora me parece potencializado, mas é um problema da vida inteira: os preços praticados pela Petrobras em relação ao preço de compra ou até de exploração do petróleo em relação à venda dos seus produtos – gasolina, óleo diesel etc. – sempre foram dissonantes da realidade.

Essa é que é a grande realidade. Neste momento, de fato, a coisa extrapolou a níveis insuportáveis. E que, de fato, a população do Brasil deveria tomar alguma iniciativa no sentido de cobrar. O que é que há? Qual é o problema? Vamos colocar, vamos descortinar esse mistério que é a política econômica brasileira, acentuadamente da Petrobras, quando se trata de combustíveis para a sua própria

população. Até porque sabemos que, também, ao longo do tempo, o Brasil exporta produtos originários do petróleo mais barato do que o que é consumido no mercado interno.

E por falar em reajuste, em preços elevados de combustível, de serviços públicos, nós temos aqui em nossas mãos uma resolução – Resolução nº 004/2018 – que reajusta as tarifas do fornecimento de água na Bahia, as tarifas da Embasa, em 4,09%. O governo da Bahia também tem sido rápido, tem sido próspero quando se trata de reajustar preços de tarifas ou de taxas. Assim como, há cerca de dois anos, os empreendedores na Bahia que utilizam áreas públicas – como, por exemplo, o Centro Industrial de Aratu ou nos mesmos centros, nas regiões de Feira de Santana ou Vitória da Conquista – também tiveram os preços por metro quadrado do uso dessas áreas, de forma abusiva, reajustados.

O governo não age da mesma forma, por exemplo, com o funcionalismo público, que, de um modo geral, há cerca de 4 anos, não conhece o que é um reajuste em seus salários. Eu fico, às vezes, imaginando como é que o funcionário público na Bahia suporta sobreviver com tanto reajuste de tarifas e de taxas por parte do governo do estado ou até mesmo com a política de reajustes dos preços de combustíveis no Brasil.

Eu vejo aqui os funcionários do Ministério Público há tanto tempo lutando com o andamento deste projeto de lei – o Projeto de Lei nº 21.346/2015 – que (Lê) *"(...) dispõe sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia e dá outras providências"*. Eu quero dizer a todos vocês que nesta Casa, aqui, as coisas só andam, as coisas só acontecem quando o governador quer. Quando o governador não quer, aqui nada acontece. É assim com esse projeto de lei de vocês, que data de 2015. Tem sido com outros projetos de lei aqui que são de interesse da classe dos servidores ou até mesmo de interesses da população baiana, mas que ferem teoricamente os interesses do governador: aqui não anda.

Por isso, eu queria aconselhar todos vocês a mudarem até a estratégia: talvez uma reunião com os deputados da Base do Governo; talvez criar uma comissão para ir ao governador para saber do governador qual é o problema. Como é que tem um projeto de lei que tem já mais de 3 anos tramitando nesta Casa e que não dá um passo além? (Palmas)

E esse problema nós, deputados da Oposição, aqui também temos. Quando conseguimos aprovar um projeto de lei, que na sua maioria trata de interesses da população baiana, certamente na Governadoria será vetado pelo governador, porque de fato esta Casa, apesar de ser a Casa do Parlamento, a Casa da representatividade da população baiana, mas quem manda aqui, de fato, é o Poder Executivo, é o governador do estado.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado Hildécio.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Próximo orador inscrito, deputado Zó! Zó, somente só...

O Sr. ZÓ:- Presidente, colegas deputados e deputadas, ao ouvir o discurso do colega Rosemberg, lembrei-me de uma senhora a bater panela por causa do preço da gasolina a R$ 2,60. Hoje, o preço da gasolina está, praticamente, o dobro. Essa senhora sumiu, porque eu acho que não tinha panela do tamanho para ela bater, porque ela bateu daquele jeito, fez aquele escândalo na frente do posto de um combustível, deu piti, deu calundu, como a gente fala no Sertão, deu Cacorê, como diz o mestre Elomar. Ele diz que é a consubstanciação do calundu, já é quando o sujeito quebra tudo, que já manda tudo para cima. Ela fez toda aquela palhaçada e, agora, sumiu o paneleiro, sumiu tudo. A gasolina está de cinco contos, cinco e pouco; e está todo mundo calado.

Infelizmente, isso implica em frete, implica no preço final dos produtos. E a sociedade paga em geral. Não há como justificar, porque é uma coisa extremante absurda. E é todo dia.

Praticamente, você viaja... Eu vou a Juazeiro, às vezes, de carro. Lembro que abastecia com gasolina a menos de R$ 3,00. Ficava procurando posto e achava posto a menos de R$ 3,00, há pouco tempo atrás. Agora, para achar a menos de R$ 4,50, dá muito trabalho. Diesel?! Quase R$ 4,00 o litro do diesel.

É uma coisa que você vai ver... Frete de tudo, passagem, etc. Isso fica complicadíssimo. Este é um governo que não cumpre lei.

Hoje, eu quero parabenizar a Comissão de Agricultura, porque houve a renegociação da dívida dos produtores rurais. O único setor que ainda dá *superavit* neste país é a agricultura: tanto familiar como os grandes produtores da agricultura de grãos e frutas.

E o que acontece? O Congresso aprova o projeto; depois, aprova de novo; o governo veta; e o Congresso derruba o veto. O que faz Michel Temer? Passa uma ordem para os bancos públicos não renegociarem as dívidas! Esse é o único setor que tem dado *superavit*, tem sustentado, ainda, um pedaço desta economia em frangalhos.

Daquela crise, começava às 5 horas da manhã. Se falava em crise em um jornal que produziu para fomentar uma crise fictícia à época de Dilma; e terminava à meia-noite nos noticiários. Se falava mais de 5 mil vezes o nome de crise nos noticiários!

E agora há a crise, mas não se fala em crise. Se inventa que supermercado está vendendo mais, se foge aos números. E, agora, há uma lei em que o Congresso derruba o veto e Temer disse para os bancos não renegociaram as dívidas. Não existe isso! Os bancos têm de renegociar as dívidas dos produtores, porque a lei determina a renegociação.

Na nossa região do Vale do São Francisco, existem diversos produtores que precisam renegociar as suas dívidas. Eu sei que no Oeste baiano também tem. Em várias regiões desta Bahia têm produtores que estão dentro da lei e que podem renegociar suas dívidas.

E o que acontece?

Agora, o presidente fora da lei quer privatizar, atropelando as formalidades regimentais, a Chesf, a Eletrobras, a Petrobras que está sendo fragmentada, vendendo gasoduto para poder fazer com que a Eletrobras tenha que vender seu produto na tora, tenha que vender a Petrobras na marra, porque não tem como transportar o petróleo produzido! Então, há uma série de fatores que este governo faz.

Mas, infelizmente, nós nunca batemos panela e não podemos bater panela. Não tenho esse hábito de bater panela. Mas quem bateu panela, não bate mais panela. Não sei se a panela esvaziou de vez.

Aliás, quem bateu panela está com a panela mais cheia, porque essa turma que bateu panela queria o dinheirinho do programa social do povo brasileiro de volta para eles. Trata-se daquele dinheiro que fazia com que a economia do interior se movimentasse, com que a mãe de família fosse, pela primeira vez, ao supermercado ou tivesse um cartão de banco. Esses estão com a panela cheia através da desgraça do povo brasileiro! E, aí, não vão mais bater panela, porque está bom para os batedores de panela.

Um abraço, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Agora, eu vou seguir de acordo com o combinado entre os Líderes.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP/Podemos/Avante para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Mas esse é do governo.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Foi do governo? Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar DEM/PRB para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 22.766/2018, de procedência do Poder Executivo.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, para relatar a matéria, o nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA:- Sr. Presidente, passo a relatar a seguinte matéria.

(Lê) *"PARECER das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei n° 22.766/2018, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Autoriza a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas com o extinto Banco do Estado da Bahia S.A. – BANEB e*

cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBAHIA.'

A proposição que ora passo a analisar, de autoria do Poder Executivo, visa obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização para que possa, o Governo do Estado, proceder a repactuação de dívidas de operações de créditos contratadas por pessoas físicas ou jurídicas junto ao extinto BANEB e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico e à Desembahia, possibilitando assim "o adimplemento de créditos de difícil recuperação, diminuindo os custos da Administração com cobranças judiciais e devolvendo aos mutuários o conforto gerado pela condição de adimplência e, consequentemente, a possibilidade de contratar novos créditos para novos investimentos", conforme registra a Mensagem do Sr. Governador.

O projeto estabelece as condições para quitação dos débitos pelos mutuários, prevendo o pagamento com redução do valor do principal da dívida de forma escalonada, com abatimentos que vão desde 20%, no caso de dívidas superiores a R$ 1.000.000,00, até 60%, no caso de saldo devedor de R$ 100.000,00 e menos. Estabelece também o prazo para pagamento parcelado (24 meses), com juros de 15% ao ano, e o prazo de 12 meses para adesão dos interessados.

Trata-se, portanto, de medida de relevante interesse para a Administração, bem como para aqueles mutuários em inadimplência, que poderão reverter a sua situação e vir a contratar novos créditos.

A proposição recebeu apenas uma emenda, de autoria do deputado Angelo Coronel, propondo a ampliação do prazo para pagamento parcelado, de 24 para 48 meses, bem como a redução dos juros, de 15% para 12% ao ano. E ainda a ampliação, de 12 para 24 meses, do prazo para adesão dos mutuários interessados na repactuação."

Entendendo de que os juros de 12% se ajustam exatamente ao que reza a Constituição Brasileira, no que diz respeito aos juros máximo podendo ser cobrado, eu opino pela aceitação da emenda, uma vez que as alterações propostas constituem, um aperfeiçoamento à proposta original.

(Lê) *"Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como pelo seu caráter altamente meritório, opino pela aprovação com as modificações introduzidas pela Emenda n° 1.*

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2018."

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pois não, deputado Hildécio.

O Sr. Hildécio Meireles:- Com base no art. 81, do Regimento Interno desta Casa, eu solicito vistas do parecer do presente projeto de lei em apreciação.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pedido de vistas concedido à V. Ex.ª e a sessão está encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.
Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php. Acesse e leia-as na íntegra.